

O Papel estratégico da América Latina e do Brasil na nova geopolítica mundial

Palestras apresentadas na Mesa II no XVIII Seminário Internacional de Lutas Contra o Neoliberalismo, realizado no dia 21 de setembro no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ)

Prof. Dr. Ricardo Lodi (Professor e Ex-Reitor da UERJ)

É uma alegria estar aqui mais uma vez, participando deste evento que já é de suma importância no calendário do pensamento crítico do Estado do Rio de Janeiro. Este XVIII Seminário é algo que motiva a luta daqueles que sonham por um futuro melhor no nosso país e no nosso mundo. E para falar de neoliberalismo na América Latina e no Brasil, gostaria de iniciar uma exposição teórica com exemplo prático, porque esse evento foi planejado para ser realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está sendo realizado aqui hoje na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a quem agradeço a acolhida em cima da hora para nos receber nesse momento.

Ontem, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi invadida pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, por conta de uma decisão judicial numa ação de reintegração de posse, ajuizada pela reitoria da universidade. E esse foi um dia muito triste. Vimos estudantes sendo agredidos, sendo presos, juntamente com jornalistas e com o deputado federal Glauber Braga, que estava lá para tentar intermediar um acordo entre a polícia e os estudantes que ocupavam a reitoria.

É claro que, quando estamos diante de políticas que mexem com o tabuleiro da distribuição na nossa sociedade, as pessoas gritam. A UERJ foi pioneira na introdução do regime de cotas no início dos anos 2000. E, com isso, conseguiu liderar um movimento que foi adotado por praticamente todas as universidades públicas em nosso país. E, durante a pandemia, com a agudização dos dramas humanos, que sempre arrebatavam do lado dos mais frágeis socialmente, nós que, na época, estávamos na reitoria, implementamos um plano de permanência estudantil que passou a ser o maior plano de permanência estudantil da América Latina, através da instituição de bolsas e auxílios para os estudantes cotistas.

E, é aí que está o 'x' da controvérsia, para os estudantes em vulnerabilidade social. Por quê? O que são os estudantes em vulnerabilidade social que não são os cotistas? A aferição do sistema de cotas é única por ocasião do vestibular. Então, se o estudante, naquele dia, naquela semana, tem uma renda familiar, um real a mais do que o limite

de um salário mínimo e meio de renda per capita, ele está fora pelos cinco anos de curso. Ele não terá direito ao sistema de cotas e às bolsas e auxílios por todo o seu curso. O que levava a uma infinidade de estudantes ficarem de fora do programa de assistência estudantil. Então, o que nós fizemos foi fazer uma aferição anual, através das BAVS, Bolsas de Apoio à Vulnerabilidade Social. Então, se por acaso o estudante não conseguisse cumprir os requisitos por ocasião do seu ingresso, teria quatro, cinco oportunidades ao longo do seu curso para se aferir à modificação da sua situação.

Isso permitiu que a UERJ não tivesse nenhum aumento de evasão durante a pandemia. Não conheço todos os números das outras universidades, mas parece algo bastante diferente da realidade que nós vivenciamos em todo o nosso país, durante esse período tão difícil para a história da humanidade. E, como sempre acontece, quando se mexe na distribuição do jogo, isso não se faz sem críticas. Isso não se fez sem a insatisfação inicialmente velada por alguns grupos, e hoje, nas últimas semanas, escancaradamente demonstrada. Estamos enfrentando hoje discussões que enfrentamos nos anos 2000, para dizer que cota não é esmola, para dizer que auxílio não é esmola, para dizer que esse é um direito dos estudantes em vulnerabilidade social.

E, para completa surpresa da comunidade, a atual reitoria, que foi eleita com um discurso “lavajatista” contra a gestão que criou todo esse hall de direitos dos estudantes, com o discurso de que ia manter e ampliar a permanência estudantil, em menos de seis meses cortou esses direitos. Restringiu a BAVS de um salário mínimo e meio de renda per capita para meio salário mínimo, que é praticamente tirar do programa 1.647 estudantes. Cortou o auxílio alimentação dos estudantes do Maracanã sob o pretexto de que lá existe um restaurante universitário. E cortou uma série de outros direitos, inclusive auxílio à creche das mães, que pela primeira vez tinham condições de manter os seus filhos em segurança, enquanto cursavam a universidade.

Em seis meses, através do que os estudantes chamam de AEDA da fome, AEDA é o ato administrativo, o Ato de Execução de Decisão Administrativa, que é o decreto do reitor, o AEDA da fome corta uma série de direitos, e isso foi feito em nome de uma suposta inexistência de recursos orçamentários e uma suposta ilegalidade na instituição desses auxílios.

Muito bem, diante desse quadro, nós conseguimos comprovar a legalidade dos nossos atos e a existência de recursos no orçamento. Esse ano nós temos o maior orçamento da história da UERJ, que foi negociado durante a gestão passada. E, em função dos cortes dos direitos dos estudantes e da mobilização que eles fizeram, a UERJ ainda conseguiu uma suplementação orçamentária de R\$150 milhões para regularizar a situação. No exercício da sua autonomia universitária, resolveu aplicar esses recursos em outras finalidades. Por isso, não é de se admirar a revolta dos estudantes que sufragaram essa chapa na crença de que teriam o aumento da permanência estudantil.

Mas, até este ponto, são visões diferentes de universidade. O que não se pode admitir, o que não se pode tolerar, é uma reitoria pedir a intervenção da polícia militar para resolver sua falta de diálogo com os estudantes. Isso não podemos aceitar. E é por essa razão que o *campus* está fechado, depois do dia infame que nós vivemos ontem, e vai ficar fechado hoje, domingo, segunda, que o evento está sendo realizado aqui na

UFRJ. Quero agradecer à nossa co-irmã e pedir desculpas em nome da UERJ para todos vocês, por essa desfeita do evento não poder ser realizado na nossa universidade. E eu estou contando essa história não só para explicar por que nós estamos aqui hoje e não na UERJ.

Eu estou contando essa história para exemplificar o que eu vou dizer a partir de agora. Porque nada melhor do que os exemplos concretos para a gente transformar a realidade em teoria. Tem muito companheiro nosso que tem posturas de esquerda para “lacrar” no Instagram, mas que tem um medo que se pela de pobre. Ainda mais o pobre dentro da universidade. Eu, nos últimos dias, tenho participado de discussões bizarras no grupo de WhatsApp da Faculdade de Direito, porque há colegas que defendem “como o nível caiu”. O que eles querem dizer com isso? Caiu porque os pobres chegaram? Caiu porque foi garantida permanência estudantil? É uma declaração evidentemente desprovida de qualquer base comprobatória de dados.

Então, vamos deixar de lado os considerandos e vamos para os finalmentes, como dizia o Odorico Paraguaçu. São esses exemplos que mostram qual é a influência do neoliberalismo nas políticas públicas em nosso país. Primeiro, vem a criminalização dos que lutam pela justiça social. Depois, o corte de direitos conquistados pela população mais carente. E, por fim, o autoritarismo para reprimir os protestos contra a perda desses direitos. É o que vivenciamos hoje na UERJ, é o que vivenciamos no nosso país num passado bem recente e a história vai se repetindo sem as pessoas perceberem.

Nós vivemos hoje uma fase do neoliberalismo, que eu chamo de terceira fase. Depois do ensaio geral no Chile de Pinochet, com a participação de Milton Friedman e vários economistas da Escola de Chicago, nosso Paulo Guedes esteve lá ainda jovem, participando desse experimento. Mas é um experimento que não foi na base do regime democrático, mas com a vitória de Thatcher no Reino Unido e de Reagan nos Estados Unidos, em 79 e em 81, nós tivemos a primeira fase do neoliberalismo no poder, uma fase mais retórica, porque o Estado Social ainda era muito consolidado nos Estados Unidos e na Europa.

Mas foi ali que se criou toda a argumentação contra o sindicato, contra trabalhadores, contra direitos sociais, contra a Previdência, desmontando tudo aquilo que foi construído no Estado Social. Desmontando do ponto de vista retórico, porque foi justamente nos governos trabalhista de Tony Blair e democrata de Bill Clinton, nos anos 90, que tivemos o que eu chamo de “fase democrática”, porque o discurso era bonito. Bill Clinton com aquele charme todo, tocava saxofone. E foi ali que realmente o neoliberalismo se tornou mais agressivo do ponto de vista do corte dos direitos sociais.

Tivemos, a partir do 11 de setembro de 2001, o início da fase autoritária do neoliberalismo. A fase em que se rompe aquela ideia de que democracia liberal e neoliberalismo significariam o futuro da humanidade, o fim da história. Com a queda das Torres Gêmeas, se rompe essa aliança e o neoliberalismo passa a adotar sua faceta mais autoritária. No Brasil, nós tivemos essa experiência, no governo de Jair Bolsonaro e tantos outros, como Trump, na Hungria, Turquia e vários outros países, vivenciando a experiência do autoritarismo para impor o neoliberalismo. Se, num momento de democracia social, informada pelo princípio do sufrágio universal, é impossível manter o

discurso neoliberal, de corte do direito, quem está cedendo espaço é a democracia. E os instrumentos utilizados hoje para isso, nós vivemos aqui no Brasil, com o companheiro Lula, com a companheira Dilma, o *lawfare*. O *lawfare* é a utilização do sistema jurídico para fazer essa guerra híbrida, para criminalizar os adversários políticos, notadamente aqueles que lutam pela justiça social. É esse o alerta que eu queria deixar aqui aos companheiros e camaradas na tarde de hoje, para que nós possamos estar atentos e fortes, como dizia o poeta, para enfrentar esses novos desafios dessa fase autoritária do neoliberalismo. Muito obrigado!

Prof Dr Eurico Figueiredo (NEA/INEST-UFF)

Há de se pensar no tema sugerido por esse encontro, que é ‘o Brasil de volta ao centro da geopolítica internacional’, ou seja, de que modo os espaços são também espaços de poder nas suas regiões e como o Brasil está nesta situação. Em primeiro lugar, chamar a atenção para o fato de que o Brasil é uma espécie de museu histórico vivo. Com isso quero dizer que, se olharmos para um lado, vemos a modernidade mais avançada e, se olharmos para o outro lado, vemos os graus mais deprimentes de pobreza e mal-estar social. Ao lado de luxuosos arranha-céus, vemos casebres, favelas nas situações mais inóspitas e indignas. O Brasil, portanto, é um país contraditório. Não é um país pobre, e falarei sobre isso mais adiante.

Estar de volta à cena geopolítica internacional significa, a expressão, ‘estar de volta ao jogo’. Mas, uma volta de onde? Onde estávamos para voltarmos? Eu diria que é uma volta que tem início há mais de um século. Nossa inserção no mundo internacional das chamadas grandes potências se inicia na Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil participou do maior conflito jamais vivido pela história humana. Continuou, em seguida, a participar no mundo internacionalizado, a partir da década de 1930, quando tivemos, segundo nossa literatura, ‘uma revolução’. Não foi uma revolução do tipo disruptivo, como por exemplo podemos falar no caso soviético, no caso chinês, ou no caso cubano; mas foi uma revolução no sentido processual, onde passaram a acontecer mudanças profundas na organização estrutural da sociedade brasileira.

O Brasil, a partir destas mudanças, experimentou um processo de desenvolvimento dinâmico. Devido à sua localização geopolítica no Atlântico Sul e tendo em vista que o segundo conflito mundial também se dava na África, o Brasil se viu forçado [a participar], não só porque nossos navios foram torpedeados na costa brasileira pela frota de submarinos da Itália e, principalmente, da Alemanha, com a perda de milhares de brasileiros e brasileiras em nossos navios mercantes e de cabotagem. Mas o Brasil também procurava se afirmar no nível internacional através da sua relação com um dos centros da geopolítica mundial daquela época, em que tínhamos pelo menos três centros: o centro em torno dos Estados Unidos, o centro em torno da Europa e o centro em torno da União Soviética. O Brasil enviou tropas, enviou 25 mil homens.

Após a Segunda Guerra Mundial, devido a nosso desempenho, foi cogitado que compuséssemos o centro do sistema internacional do ponto de vista de sua segurança, ou seja, que o Brasil participasse do Conselho de Segurança Internacional. Proposta

que era apoiada, por um lado, pelos Estados Unidos e, de certo modo, por França e Inglaterra, mas que era visto com desconfiança pela União Soviética; portanto, acabou não acontecendo. Mas, tendo em vista o prestígio adquirido pelo Brasil, passou-se a ter uma tradição na ONU: todo ano, a sessão inaugural da ONU é presidida pelo presidente brasileiro, até hoje. Não se faz na diplomacia gestos gratuitos, de mera gentileza ou cavalheirismo, mas porque há uma combinação de interesses que levam a esta ou aquela posição.

Nos anos 1960, o Brasil se reafirma através de dois presidentes, mas principalmente de um: primeiro, através de Jânio Quadros, que tem um governo muito curto, como sabemos, porque renunciou; e o governo que completou o dele, de João Goulart, o Jango, que proclamou uma política externa independente. Isso significa que o Brasil não fará alinhamento automático com qualquer país, que o Brasil procurará os alinhamentos necessários para seus interesses e objetivos nacionais. E isso significava uma aproximação, por um lado, com os países do Terceiro Mundo e significava, por outro, uma posição de dignificação da posição brasileira em relação aos centros de poder. Portanto, uma política externa de enfrentamento.

Tivemos depois essa caminhada para o centro, vindos lá dos subúrbios, da periferia internacional, que continuou no governo militar e de maneira divergente, pendular. De início, tivemos o golpe no Brasil, inaugurando o regime militar em 1964, e o primeiro governante foi o Marechal Castelo Branco, com quem se deu o chamado 'alinhamento automático': para onde for os Estados Unidos, o Brasil vai. Depois tivemos o governo Médici. Mas, tivemos depois o governo Geisel, que foi completamente diferente e, por vias transversas, retomou a aspiração brasileira de ir ao centro do sistema, com as contradições de um regime militar. Avançou tanto neste sentido que esteve ao lado das guerras de independência (e contra as nossas relações com Portugal), da afirmação de independência de Angola e Moçambique. Tanto é que, entendendo que o Brasil precisava ser capaz de contar com a energia nuclear para fins pacíficos, fez um acordo com a Alemanha à revelia dos Estados Unidos. Na verdade, mais tarde veríamos que a Alemanha não tinha nada a nos ensinar e nós é que tínhamos que aprender no mundo da alta ciência e da alta tecnologia, aprender com o nosso esforço próprio e aprendizado próprio o domínio do ciclo nuclear, que é realizado apenas por alguns países que cabem na palma da mão, e o Brasil conseguiu.

Depois estivemos nessa caminhada que é complexa, e portanto contraditória, é paradoxal, antinômica, vai para cá e para lá, para frente e para trás; mas é preciso saber se ela vai para frente, e ela foi para frente. Tivemos, nos governos civis após 1985, duas orientações muito claras da nossa política externa, ou seja, da nossa relação com o centro do mundo: Fernando Henrique Cardoso e Lula. Muito rapidamente falando, diríamos que a posição de Fernando Henrique Cardoso foi de aproximação com os Estados Unidos, mas não exatamente uma submissão; e no governo Lula, houve a chamada política ativa e altiva. Altiva porque queremos olhar o mundo não do ponto de vista de baixo, como submissos; nem com a posição de cima, como se fôssemos arrogantes; mas olhar em condições de igualdade. Ativa porque no governo Lula, em 2002 a 2010, foi levada a cabo uma série de iniciativas, tentando ver qual era o papel do

Brasil no mundo internacional, na geopolítica internacional, e eram quatro. Primeiro, onde estamos: estamos na América do Sul, aqui estaremos para sempre e aqui temos responsabilidade. Somos o maior país da América do Sul, de tal modo que, se somar todos os outros, resulta aproximadamente o nosso tamanho. Temos a maior economia, de tal modo que, se somarmos todos os outros, não chega ainda a nosso tamanho. E temos, portanto, uma outra questão histórica anterior a esta: somos, vou falar em espanhol, *hermanos*. Somos do Mediterrâneo, somos da Península Ibérica, temos a sensibilidade, o humor, o gosto, a maneira de sermos latinos.

Segundo, temos que olhar para frente e, nós aqui que moramos no Rio de Janeiro sabemos, o que está a frente é o mar, o oceano, o Atlântico Sul onde passam 90% das nossas exportações e importações; temos uma responsabilidade. Temos que olhar mais adiante e ver de onde veio grande parte da fraternidade da nacionalidade brasileira: da África. É o terceiro ponto da atividade brasileira e, portanto, uma proliferação de embaixadas em quase todo o mundo africano, que não é um continente simples, é um continente variado e complexo; há várias Áfricas. E, finalmente, a pretensão brasileira, não em nome da guerra, mas em nome da paz. Como diz o presidente Lula: “hoje só se fala em guerra, quem é que fala em paz? Eu quero falar em paz”, um assento no centro do sistema que é o Conselho de Segurança Internacional.

Mas o mundo mudou no Brasil, e o Brasil mudou no mundo. Vieram os anos de 2010 para cá, e a América Latina não é mais a mesma, a América do Sul não é mais a mesma, o mundo não é mais o mesmo. A ascensão chinesa, que estava ocorrendo a toque de caixa desde meados da década de 1980, se acelera e ela se transforma em um gigante internacional. A Rússia desmilinguida, repartida dos anos 1990, experimenta, a partir da liderança de Vladimir Putin, um ressurgimento que alguns chamam de milagroso; de tal modo que a situação da Rússia no mundo, na primeira década do milênio, vai ser estonteante. E, portanto, o surgimento desses dois atores na cena internacional muda a geopolítica. Já na primeira década, houve a confluência desses com outros dois países.

O primeiro, é um gigante no Índico, a Índia; e o outro, é o gigante da América do Sul, o Brasil: os BRICS. Hoje, os BRICS, na verdade, são uma reconfiguração não apenas do sistema político internacional, são uma reconfiguração do sistema econômico que vige desde a Segunda Guerra Mundial. Não é ruptura, é mudança interna, rearranjos complexos que ocorrerão de maneira acelerada nos próximos 10 anos. De tal modo que podemos prever que o mundo que temos hoje em 2024, daqui a um quarto de século, 25 anos, será completamente diferente. E 25 anos, por certo, no relógio da história são segundos; será muito rápido.

E qual a posição do Brasi? Primeiro, suas fortalezas estratégicas conhecidas: só três países têm no mundo inteiro, dentre duzentos e pouco. Primeiro: o território. As pessoas falam na Índia, que é enorme com 1,5 bilhão de habitantes. Mas o tamanho da Índia é de 3,2 milhões de quilômetros quadrados. O tamanho do Brasil é de 8,5 milhões; ou seja, cabe uma Índia aqui e ainda sobra 5,2 milhões. Esse é o nosso tamanho, um país muito complexo. O Brasil tem, como eu já afirmei, a população e tem os recursos naturais; entre eles: o petróleo, todos os outros metais, todas as terras raras - que a professora Mônica sempre gosta tanto de nos ensinar - e tem o maior reator de energia

do mundo, o Sol. Para gerar outro tipo de energia limpa, temos o sol e estamos no caminho de seu controle tecnológico.

Mas temos nossas desvantagens. A vulnerabilidade estratégica número um: a iníqua, insuportável injustiça social; não se faz um país grande e generoso que não seja capaz de acolher todos seus filhos. É impossível se fazer um país generoso e orgulhoso de si mesmo que não tenha como bandeira maior a justiça social. Segundo, o Brasil precisa ter instrumentos de defesa nacional, e entramos em uma questão seríssima que é a questão militar. Alguns dizem que a questão do militar é, em comparação, como aquela solução ao problema do trânsito. Dizem os simplistas: “Eu acabo com os carros e as viaturas. Resolvo o problema do trânsito, não tem mais problema!” E o que é que você faz com o resto? “O resto eu não sei”. Comparativamente, alguns apresentam como solução acabar com as Forças Armadas! Não é essa a questão, é outra, mais complexa!

Dito isso, quero apenas terminar dizendo que, na substância estrutural de tudo isso que estou falando, há a dinâmica da política. E a dinâmica da política é o confronto, sim, entre capital e trabalho. O confronto entre aqueles que têm e aqueles que não têm, aqueles que querem manter a ferro e fogo o que têm, e aqueles que querem ter algo, seja por este caminho do confronto ou seja por outro. Esta contradição não há como negar, porque ela é o fundamento da análise política e da realidade da vida. Muito obrigado.

Exma. Ms. Betzabeth Alejandra Aldana Vivas (Chefe de Gabinete do Vice-Ministério de Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela)

Boa tarde a todos.

Quando me convidaram, para conversar aqui sobre o papel da América Latina na geopolítica atual, pensei de imediato: vou falar sobre os BRICS e o que a Venezuela quer fazer nos BRICS, e tudo o que fizemos na nossa agenda de política exterior, no campo de poder nos integrar aos BRICS. Depois, cheguei ao Rio de Janeiro e comecei a pesquisar como está a imprensa sobre a Venezuela aqui e me dei conta da grande desinformação que há sobre o meu país. Como acabamos de viver um processo eleitoral, um processo interno que escalou ao espectro geopolítico internacional, eu disse: Bingo! Temos que falar disso! Porque, além de ser um processo interno, todo mundo sabe a respeito e todo mundo está opinando, mas todo mundo está opinando e argumentando com base na desinformação sobre o meu país. Então, esse é o eixo transversal sobre o que falarei.

Rapidamente, gostaria de comentar como foi o processo eleitoral no meu país e fazer isso em três partes: o cenário pré-eleitoral, o dia das eleições e o cenário pós-eleitoral. Quando aconteceu o cenário pré-eleitoral, vou me situar na semana antes do dia das eleições, vimos vários sinais que nos davam o alerta de que, possivelmente, a oposição ia cantar fraude, como evidentemente ocorreu. Tudo com a aprovação e o apoio dos Estados Unidos. Esses sinais são três, em específico. Primeiro, a campanha eleitoral. Em princípio, a oposição fez uma campanha muito simples, não como fizeram em

ocasiões anteriores. Isso, evidentemente, ativou um alerta ao povo venezuelano e às bases do chavismo. O segundo sinal foi quando começaram a fazer uma campanha de publicação de pesquisas com todas as pesquisas superestimadas a favor da oposição, davam como vencedor por diferenças muito amplas o candidato opositor. Isso criou um clima onde praticamente o chavismo não existia. Para os meios de comunicação, para o eleitorado, para a oposição, não deveria existir o chavismo, porque as pesquisas praticamente nos davam zero. Havia também os discursos de triunfalismo que a oposição também promoveu, um discurso de triunfalismo de “vamos ganhar, é certeza que vamos ganhar,” e isso foi repetido infinitamente na última semana antes das eleições. Então, eram três elementos que nos alertaram do que estava por vir.

Em seguida, veio um fato. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela propôs assinar um acordo de reconhecimento dos resultados entre todos os candidatos. Todos os candidatos assinaram o acordo menos um: o candidato de Maria Corina Machado, um sujeito político totalmente fascista da extrema direita venezuelana que, desde o ano 2000, está executando uma agenda de desestabilização no meu país. E, desta vez, claro, já ia concretizar o plano de desconhecer os resultados e as eleições, o que já sabemos.

Outro elemento claro foi o desprestígio e a campanha contra o Conselho Nacional Eleitoral. Por um lado, estão fazendo um chamado à votação, mas, por outro, estão dizendo que o CNE não serve, é falso, que o CNE está manipulado. Então, você vê esses dois elementos e diz: “Por que estão chamando à votação e, por outro lado, estão dizendo que o árbitro não é o árbitro! Há algo estranho aqui. Evidentemente, vão cantar fraude”. Então, há outra agenda que não é eleitoral, não é democrática! E foi exatamente assim que aconteceu.

Terminando já o cenário pré-eleitoral, vamos ao dia das eleições. O presidente Nicolás Maduro foi reeleito por 51,95% dos votos. Aqui, um povo mobilizado garantiu a vitória e, não só isso, um povo mobilizado que está defendendo a vitória. Há um dado importante aqui: Nicolás Maduro é o primeiro presidente da Venezuela reeleito com mais de 930 sanções sobre seu país. E não só isso, há uma ordem de captura unilateral emitida pelos Estados Unidos. Este presidente, com essa bigorna em cima, foi reeleito no dia 28 de julho pela maioria do povo. E foi reeleito - e isso é o que temos que levar em consideração - por tudo que a revolução fez por mais de 25 anos, com Chávez, claro, como bandeira. E o que Chávez fez foi, evidentemente, a distribuição da renda petroleira do país. Uma economia que, na época, toda sua renda valia 90% do que que era vendido em petróleo. Éramos uma economia monoexportadora, toda renda vinha do petróleo. Essa renda, Chávez a distribuiu ao povo com programas sociais, fez justiça social, criou instituições para nossa defesa. E uma das coisas mais importantes que fez Chávez, foi nos fazer entender que tínhamos que ter dignidade. Não só dignidade, que não se tratava de Simón Bolívar ou desses heróis que nos dizem nos livros de história; mas que, mesmo tendo seu legado e que continuemos construindo seu legado, nós somos parte desta revolução. E estamos sendo parte, daquele momento em diante, os venezuelanos nos sentimos parte da história que estamos construindo.

Em relação ao povo venezuelano, é como digo aos meus estudantes: “não tenham

aspirações de reggaetonistas, tenham aspirações históricas! Todos aqui estamos construindo o país que queremos com soberania, com os direitos e a dignidade que o povo venezuelano merece”. Neste caso, é claro, a América Latina também. Este é o marco do triunfo da revolução no dia 28 de julho de 2024. Sofremos um ciberataque que não modificou os resultados, mas complicou a transmissão dos dados e, por isso, a publicação dos resultados demorou um pouco mais do que o normal. Assim que foram publicados os resultados que deram por vitorioso ao presidente Nicolás Maduro, Maria Corina Machado, do lado extremo da oposição, cantou fraude.

Aí eu já dei um *spoiler*, que todos estávamos esperando: cantou fraude! Como sempre fizeram durante os 25 anos de revolução, em que tivemos 31 eleições. Eles ganharam uma vez, que essas sim reconheceram, mas as outras 30, não as reconheceram. Mas, se nunca reconhecem, o que seria diferente agora, o que fariam desta vez? Bom, criaram uma página na internet, fazendo um CNE paralelo com uma suposta publicação de alguns resultados que não têm argumentos, que não são legais; quebrando portanto com o Estado, porque estão criando uma instituição paralela para divulgar resultados.

Adivinhem o quê? Esta questão foi apoiada pelos Estados Unidos e imediatamente se manifestou Gabriel Boric, [Presidente] do Chile. Então o conflito, a controvérsia se tornou internacional, nosso processo interno mostrou já as garras internacionais da ingerência. Tudo claramente tutelado pelos Estados Unidos. Além disso, depois de 28 de julho, foi implementada a agenda da violência. Uma das notícias que li aqui no Brasil dizia que, há dois dias, na Venezuela havia manifestações sendo reprimidas; que há repressão, violação dos direitos humanos. Pensei: “Ué, mas há três dias eu fui dançar salsa em Caracas e estava tranquila com meus amigos”, todo mundo está trabalhando, levando o país adiante. Até mesmo a oposição não quer se colocar em uma agenda de violência; querem continuar construindo o país, continuar melhorando a economia do país. Os meios de comunicação continuam dizendo que meu país está imerso em um caos, como se todos os dias estivéssemos manifestando contra o presidente, e não é assim. Entrei no Google aqui e pesquisei notícias nos portais do Brasil e não há nenhuma notícia real, me atrevo a dizer: nenhuma! Foi impressionante e preocupante ao mesmo tempo, mas não é estranho também. Estamos acostumados à desinformação e é difícil procurar a verdade, mas sempre temos que procurar ou fazer esses eventos para poder informar o que está acontecendo.

Por fim, vamos ao cenário pós-eleitoral. Nos primeiros dias após as eleições, o Estado conseguiu conter a violência. Atualmente, nos estão acusando de estarmos reprimindo jornalistas e políticos, o que chama a atenção porque, afinal, se alguém é jornalista e está participando em um golpe de Estado, então não podem detê-lo? A lei não cai. Se alguém é jornalista e está participando em um golpe de Estado, não pode acontecer nada? Esse alguém tem uma responsabilidade, não pode participar em um golpe de Estado, é ilegal! Não existe lei em país algum que permita um golpe de Estado, nenhuma! Falam de presos políticos, que estão detendo jornalistas, tudo apoiado na questão da profissão, mas todos esses profissionais estão participando em uma atividade ilegal que pode pôr em perigo a estabilidade da Venezuela.

Esta é a matriz que os Estados Unidos estão manejando. Ontem, houve uma sessão

no Congresso estadunidense, em que também falaram muito sobre o Brasil. Todo o ataque foi para a Venezuela e toda a pressão que os senadores estavam fazendo era sobre o governo brasileiro: “por que não terminaram de desconhecer o governo venezuelano?” Neste caso, podemos ver algumas linhas das questões que estão a caminho, que é a pressão internacional, a pressão diplomática que os Estados Unidos exercerá sobre os governos da América Latina. Nas primeiras semanas, houve pressão dos Estados Unidos sobre o Brasil, México e Colômbia. Tudo isso foi manejado no tempo certo e dentro do possível, porque realmente é bastante complexo. Depois se moveu no Chile, Panamá e República Dominicana. É possível que já não haja um grupo de Lima, mas um grupo de Panamá.

Estão reeditando um cenário que aconteceu em 2019 na Venezuela, tudo de novo com um paralelismo. Já não é apenas um presidente paralelo, mas agora também o CNE; ou seja, um Estado paralelo. E isso tem que servir de alerta à América Latina, pois está acontecendo na Venezuela e assentando um precedente para que possa acontecer em qualquer outro país se não cuidarmos da soberania, deixarmos as pequenas diferenças para trás e, de verdade, nos integrarmos e unirmos em defesa da nossa região. Isso é o importante agora. Não devemos perder o foco. Não pode haver desorientação geopolítica na região. Temos que entender que com os Estados Unidos não pode haver ambiguidades, tem que haver firmeza porque eles não vão mudar de objetivo, ainda que possam sofisticar o método. Eles se manejam muito com o *mutatis mutandi*: muda o método, mas o objetivo é o mesmo.

Agora, a Venezuela está vivendo um cenário de operações cobertas tuteladas pelos Estados Unidos, que se trata da “política da irresponsabilidade”, pois qualquer coisa que aconteça dá direito aos Estados Unidos de dizer: “não fui eu, não tenho nada a ver com isso”. Isto segundo a lei deles mesmo, que se chama Lei de Segurança Nacional. Os Estados Unidos têm uma lei de irresponsabilidade que diz que “se eu fizer um golpe de Estado, tenho o direito de dizer que não fui eu”, uma questão sumamente absurda!

É isto que estamos enfrentando, a operação coberta trata de financiar paramilitares, propagandas de ódio, ataques cibernéticos, de fazer pressão diplomática para quebrar um Estado! É evidente que aos Estados Unidos não convêm que a Revolução Bolivariana continue, convêm quebrar nosso Estado, criar paralelismo ou, no melhor resultado para eles, nos eliminar. E, claro, a campanha de ódio que começou a se instalar no país e que pouco a pouco estamos tentando desmontar é a campanha do fascismo. O que está nascendo na Venezuela não é um fascismo de Estado, como aconteceu com Mussolini; é um fascismo social. Através das redes sociais, de todo o aparelho comunicacional que estamos absorvendo dia a dia, especialmente a massa jovem, está sendo trabalhada a neurose para que odeiem. E, no final, o fascismo na Venezuela trata do extermínio do oponente, do extermínio do adversário que, neste caso, é o extermínio do chavismo. Não reconhecer que o chavismo existe e, se existe, ter que eliminá-lo. É isto que estamos enfrentando.

Eu mesma fui vítima de uma campanha de ódio depois das eleições por ser chavista, por parte de algumas pessoas que, dois dias antes, estavam falando comigo com o maior dos carinhos. Houve uma ativação no cérebro, semanas antes, para que pudessem reagir

como reagiram contra o chavismo, que também sofreu assassinatos depois das eleições. Essa notícia não aparece em nenhum lugar, mas mataram líderes sociais, dando sinais de que continuam trabalhando nas comunidades, porque esta é a força do chavismo. Tem como objetivo neutralizar as mulheres e homens que estão trabalhando pela sua comunidade. Então, assassinam, mandam sinais, campanhas de ódio para neutralizar esta base que ativa o chavismo.

Após esta descrição e rapidamente para concluir, vem a parte da integração regional: é evidente que a Venezuela vê os BRICS como uma alternativa. A Venezuela solicitou aderir-se a esta organização, inclusive como Estado-sócio, porque vemos que é uma alternativa geopolítica de construção da integração na América Latina por um mundo novo, não um mundo sob ingerência estadunidense. Porque, além disso, como disse há alguns minutos atrás, a entrada de valores à Venezuela era pela renda petroleira, estávamos totalmente dependentes do comércio de petróleo. Chávez utilizou todas essas entradas para as políticas sociais. Quando começou o regime de sanções dos Estados Unidos contra nós, não recebemos mais renda por venda de petróleo. Temos sete ordens executivas, que são os decretos que faz o presidente dos Estados Unidos para sancionar, das quais seis são dirigidas à PDVSA, a empresa Petróleos da Venezuela. É claro: enforcaram nossa empresa e quebraram os programas sociais. Houve muito problema para poder levá-los adiante e, no entanto, conseguimos, porque nunca deixamos de resistir e nunca renunciamos às nossas ideias e ao nosso projeto. Mas custou muito. Há dois ou três anos, começamos a nos recuperar porque conseguimos decifrar como superar as sanções, porque também temos a clareza de que vamos estar sancionados por muito tempo, porque é uma política de chantagem, de ingerência e eles não vão derogá-la. Temos muita clareza a este respeito. Por isso, depois das eleições, continuamos nos chantageando com as licenças que nos deram [à PDVSA], dizendo ao presidente Nicolás Maduro que se ele não renunciar, vão revogar as licenças, porque esta é realmente a política de sanções. O presidente Nicolás respondeu que cometeram o erro de suas vidas: os jazimentos de petróleo vão para os países do BRICS com dignidade e com a cabeça erguida.

Então, afinal, isto é o que está em jogo na Venezuela. Oferecemos recursos aos BRICS para poder criar uma alternativa, para que estes recursos, com soberania, sejam distribuídos para a população. Também colocamos à disposição nossa localização geográfica, que é totalmente geoestratégica para todo tipo de comércio e para proteção soberana. E tudo isso feito dentro de um marco, pois nossa política exterior está baseada na integração regional. Chávez foi um dos que garantiu a criação da Celac, da Unasul, da Alba: é a integração latino-americana. E, claro, vemos uma alternativa com os BRICS, um novo relacionamento internacional, onde não há ingerência, onde há respeito à soberania e à autodeterminação dos povos. É nisso que apostamos.

Por isso, venho aqui falar com vocês que devemos continuar articulados, continuar informados, construir a partir das bases do nosso povo o método com o qual podemos juntos elevar, avançar, desenvolver, para conseguir a integração da nossa região; deixar a desorientação e a falta de foco que temos como região e, de verdade, ser um bloco permanente, unido e consolidado para podermos enfrentar esses abusos.

Para concluir rapidamente, parafraseio uma citação do meu libertador Simón Bolívar, do nosso libertador Simón Bolívar, quando ele falava da integração em sua 'Carta de Jamaica': "Eu só desejo que a América seja a maior nação do mundo, não somente por suas riquezas e por sua extensão, mas por sua liberdade e por sua glória".

Muito obrigada!

Prof Camila Milani (ETEGS/CEPPES - Mestranda USP)

Boa tarde a todos e todas.

Vou seguir na linha das falas que, brilhantemente, foram feitas aqui na mesa anterior. Tenho participado das discussões como membra do ETEGS sobre a Crise Orgânica do Capital, e acompanhado essa situação que, como o Prof. Dr. Aluisio Bevilaqua expôs, é uma situação de grande seriedade para a humanidade. Aqui no Brasil, por exemplo, acompanhamos nessa semana, nas nossas cidades, um ar, principalmente nas capitais, quase irrespirável. Então, uma situação que se criou a partir das queimadas criminosas que se fazem, mas, sobretudo, por essa dificuldade, são esses momentos em que conseguimos perceber com as questões ambientais como estão colocadas impactam na nossa vida. E minha fala hoje vai muito no sentido de destacar parte da contribuição do estudo da Crise Orgânica do Capital enquanto fundamento comum da crise ambiental, assim como, cenário de ruptura da ordem unipolar e o papel estratégico do Brasil, que é o tema da nossa mesa.

Então, o que vemos no cenário mundial hoje? Vou fazer algumas considerações que estão baseadas justamente no artigo que foi citado pelo Prof. Dr. Aluisio Bevilaqua, que é o artigo *A Crise Orgânica do Capital e o Retorno do Brasil ao Centro da Geopolítica Mundial* e também no livro *Alterações Climáticas*, que está sendo lançado hoje aqui, em uma versão trilingue, e que fez muito parte da formação e das ideias que vou trazer. Vivemos uma crise, mas essa crise não é facilmente percebida por todos, justamente porque o capital vem nos impondo derrotas atrás de derrotas. Vemos no cenário eleitoral surgirem figuras escabrosas que conseguem se projetar, impor para nós uma vida de mais e mais dificuldade. Assim como vemos o capital também aparentemente se reinventando, com inovações tecnológicas, e tudo parece que só nós que não estamos avançando, o capital segue forte e nós estamos o tempo todo perdendo. Então, nesse sentido, resgato uma contribuição do Marx - uma de todas as contribuições que fez à história da humanidade, o nosso ser humano universal.

Uma das coisas que ele deu de contribuição nos seus trabalhos foi o reconhecimento de que as inovações tecnológicas no capitalismo, na verdade, não obedeciam um desenvolvimento sempre vigoroso, um funcionamento eficiente que está sempre avançando. Na verdade, Marx percebeu, a partir dos seus estudos, que as inovações tecnológicas no capitalismo, eram, principalmente, respostas às crises que se desenvolviam a partir das contradições internas do capital, a partir das leis tendenciais que regulam internamente o capital. Então, no prefácio que Marx faz na segunda edição alemã d'O Capital, ele coloca: até a crise de 1825, a indústria só estava dando os seus primeiros passos. Foi a partir da

crise de 1825 que nós vemos aí um desenvolvimento prodigioso da indústria. Então, Marx revelou para a humanidade, nesse momento em que a indústria surgia e ganhava força com a revolução industrial, que na verdade, esse desenvolvimento tecnológico todo que se dava era para responder às crises, era uma forma do capital, devido às suas contradições internas, manter a sua acumulação aumentando a sua força produtiva. De lá para cá (desse ponto que Marx observa na história e nessa contribuição fundamental de Marx, entendendo a leitura sobre as crises que Marx traz como parte fundamental da sua leitura sobre o capitalismo), esse desenvolvimento tecnológico todo, vai criando uma contradição que o professor Aluisio começou a situar no contexto mais recente e que é muito importante para que entendamos a tese da Crise Orgânica do Capital,

A razão de ser do capitalismo é criar mais valor. Todo esse maquinário que vai sendo incorporado à atividade produtiva para manter a sua acumulação, tem um valor tão gigantesco que ele vai comprimindo no processo produtivo o valor que vai sendo criado. O valor que vai sendo criado vai ficando cada vez menor em relação a esse grande valor que esse maquinário todo guarda. Quem estuda a contribuição econômica do Marx sabe que ele denomina o conjunto desse valor passado que está nas máquinas e o valor da força de trabalho capaz de criar valor de composição-valor. E aí o que Marx vai perceber justamente? Que esse aumento da composição orgânica que se dá com o aumento da parte constante do capital - as máquinas, as ferramentas, as matérias primas - vai gerando uma crise, vai gestando uma crise que vai rebentar em uma crise diferente de todas as outras. Então ela tem um germe, ela tem o seu significado no aumento da composição orgânica e ela vai se intensificar.

Marx, já se referindo a 1825, diz isso, que o capitalismo agora, a partir dessa etapa, começa a viver as suas crises típicas. É uma leitura dialética desse processo, que no nosso país tem a contribuição fundamental do trabalho do professor Aluisio, é justamente de que essa crise típica, na verdade, não pode ser explicada pela forma como ela se manifesta, como crise de superprodução ou crise de escassez, mas justamente uma crise que tem como seu cerne, o abalo da relação social dominante, que é o capital, que tem, por sua vez, como base o valor. Nesse sentido, o que vai acontecendo? O que é máquina? O que é maquinaria de produção? É ciência, ciência aplicada. Então o que nós vamos vendo? A ciência, que em um primeiro momento ajudou o capital a manter a sua acumulação, a se manter firme, essa ciência vai se transformando de força produtiva em força destrutiva do capital.

Então o capital, conforme ele vai crescendo, aplicando tecnologia de produção, ele vai ultrapassando certos limites. E aí é muito interessante que, esse artigo que eu citei traz uma reflexão de coisas que são parte da nossa vida e que nós não percebemos. Parte desses limites que o capital vai transpondo é o nosso próprio limite biológico. Então, se nós pensarmos, a quantidade de remédio que tomamos hoje, entre analgésicos, antidepressivos, por exemplo, para se manter produzindo, esse é um feito do capital. Um feito de transpor esse limite, igualmente como o limite do espaço de produção. Hoje nós produzimos dentro da nossa casa. Virou uma fábrica. E nós confundimos isso com liberdade. E, na verdade, o capital transpôs os espaços. Ele está ali, a sua casa se transformou no inferno da fábrica, utilizando aqui a imagem do Marx usa.

Só que, nesse sentido, o que a tese da Crise Orgânica vem nos trazer é que um dos limites que o capital transpôs e que o conduziu à sua autonegação foi o limite temporal do trabalho. Então, conforme as máquinas vão entrando no processo produtivo, através da exploração do trabalho que cria mais valia, esse trabalho vai sendo expulso. Esse trabalho criador de mais valia vai sendo expulso. E aí o próprio valor, que se baseia no tempo socialmente necessário de trabalho, para ser definido na sociedade, e que é a base do capital, a base sobre a qual o capital se ergueu, com a expulsão do trabalho vivo do processo, vai ruindo o próprio valor, o fundamento do capital. Então, nesse sentido, o que a gente está vivendo mesmo é esse processo em que o capital entrou em autonegação, quebra os limites e vai se expandindo mais, e cada vez mais, vai aprofundando essa crise. Porque, como eu disse, é justamente nesse aumento da incorporação da ciência - e da educação, porque não existe ciência sem educação, a tese da Crise Orgânica debate muito isso - o capital vai se auto negando, ele vai, cada vez mais, criando menos mais-valor e destruindo o seu próprio fundamento. Nesse sentido, o que acontece? Para a gente ir direcionando para o tema da nossa mesa em específico do Brasil, a partir do concepção que já apresentei de que o fundamento do processo que a gente vive hoje em todo o sistema do capital é a Crise Orgânica.

Nesse sentido, um outro limite que o capital quebrou em seu processo foi o limite ambiental. Quando o capital quebra o limite ambiental e vemos então, o que era uma crise de acumulação se tornar uma crise ambiental, esse cenário vai abrindo possibilidades para que novas perspectivas e soluções surjam. Por que entramos em um cenário em que os recursos naturais vão ganhando, cada vez mais um papel estratégico, porque o ambiente está sendo degradado, está criando contradições para a humanidade nesse sentido. E aí, falando dos BRICS, tentando ser o mais breve possível, os BRICS nesse cenário de crise ambiental, em que os recursos estratégicos são cada vez mais centrais, os BRICS detêm, o número estrondoso em termos de recursos humanos de 46% da população mundial, mas também 30% do território mundial, 42% do petróleo e mais de 50% do número de espécies de biodiversidade entre os 193 países do mundo. Então, esse grupo de um pouco mais de uma dezena de países detém essas porcentagens em relação a 193 países do mundo.

E, nesse sentido, durante o golpe que vivemos, o Brasil se tornou um ente ausente dos BRICS. Nessa destruição da nossa soberania, nessa destruição de muita coisa que a gente tinha conquistado, ele se tornou um ente ausente. Porém, por sua posição de fundador dos BRICS, por sua posição de país que tem uma centralidade para a ideia dos BRICS, de um desenvolvimento em todas as regiões, após a vitória do Lula, o Brasil retoma essa posição nesse bloco de centralidade na geopolítica internacional hoje. E agora quero ser capaz de trazer o tamanho do significado disso. Não se trata de qualquer coisa. Muito porque eu acredito de todo o meu coração que agora estou falando para as pessoas que podem realmente empreender esse processo o qual eu quero falar aqui, que se trata da contribuição do nosso país pode dar à humanidade hoje. Meu desejo é ter mais do que o rigor teórico, mas talvez um rigor político e colocar aqui o peso do significado disso agora. Então, o que o Brasil pode fazer hoje, nesse cenário de crise ambiental, por sua posição nos BRICS, é justamente

desenvolver um modelo de desenvolvimento para existência, para garantir a existência dos povos no mundo hoje.

O Brasil tem condições, por exemplo, de conduzir e construir um projeto que tenha como ponto central a transição energética. O Brasil tem hoje condições de conduzir um projeto que tenha como ponto central a defesa da biodiversidade, inclusive propondo um novo paradigma de valor que se baseie na defesa da vida, não na destruição do meio ambiente, mas transformar a proteção da vida em um novo valor para a humanidade. Quando eu falo isso, quero pôr o meu coração aqui nas palavras, porque nós temos uma dificuldade de olhar para nós mesmos enquanto povo. Então, a humanidade toda já está falando. Aqui, pela fala do representante da China podemos ver, já falam do Brasil como esse país que pode alcançar esse papel, mesmo que quase nada se fale internamente sobre os BRICS, quase nada se fala internamente sobre a ruptura da hegemonia do poder dos Estados Unidos, e quase nada se fala internamente do potencial que o nosso Brasil pode dar. Então, o Brasil hoje, por exemplo - pensando na importância para o mundo que ele tem e na importância de se defender a existência humana no mundo. O Brasil tem uma produção alimentícia, por exemplo, que não só garante a segurança alimentar do seu povo, como de um quinto da população mundial. Só o Brasil.

O Brasil, além disso, nesse cenário em que a ciência ganha cada vez mais destaque, produz tecnologia de ponta, inclusive tecnologia de ponta na área militar. Muito temos ainda para avançar, temos que ir mais à frente, mas todos os recursos estratégicos que necessitam a humanidade nós temos aqui em abundância. O artigo que eu estou citando traz em detalhes uma série de dados sobre como nós lideramos, inclusive, essas quantidades dos recursos estratégicos para a humanidade. Nesse sentido, com essa possibilidade que o Brasil tem de oferecer um novo modelo, ele pode ocupar um papel que o próprio Estados Unidos ocupou no pós-guerra, depois da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo inteiro, estava naquela incerteza, tocado pelas mazelas da guerra, a destruição que a guerra trouxe, quando o modelo socialista se alçava no mundo como a grande opção, os Estados Unidos se alçaram no cenário mundial a partir da apresentação de um modelo. Então, a partir do plano Marshall, se ligou aos países da Europa com uma ajuda financeira e apresentou para esses países esse modelo, uma adaptação do keynesianismo, que garantiu que se alçasse a essa posição que já foi falada antes de também ter um poder político, um poder de influência, um poder não só econômico e militar, mas de coordenar as instituições do direito internacional e também os meios de comunicação.

Então, os Estados Unidos hoje matam milhares de pessoas na Palestina e conseguem ainda defender sua imagem como os grandes guardiões dos direitos humanos, inclusive colocando Cuba em uma lista criminosa dos Estados que patrocinam o terrorismo, a qual nós rejeitamos, e sempre vamos rejeitar. É esse cenário que vamos enfrentando, dos Estados Unidos ainda ocupando o poder político mundial, o Brasil tem condições também agora, por esses fatores que eu apresentei antes, de apresentar para o mundo um modelo de desenvolvimento e existência que seja a base, inclusive, para o seu diálogo e para ser respeitado no cenário internacional.

Mas para isso, o Brasil precisa acertar algumas contas internamente, a gente precisa

extirpar o fascismo, extirpar as heranças legadas da nossa formação enquanto colônia de acumulação primitiva de capital, com o extrativismo predatório e a servidão. O Brasil assumiu a presidência do G20. Quem andou pelo Rio viu que tem as placas, o Brasil, “Rio de Janeiro, capital do G20”, a mesma coisa do G77, vai sediar o ano que vem a COP30, justamente por contar com a maior reserva de biodiversidade da humanidade. Então, são coisas que a gente vai vendo e, se a gente não tomar esse processo em nossas mãos, ele vai ser simplesmente combatido pelos nossos inimigos, porque eles sabem desse potencial.

É importante que a gente saiba e se prepare para isso. É importante que não esteja na mesa de negociação, por exemplo, a integridade latino-americana, a unidade latino-americana. Isso é muito importante. Justamente porque essa unidade na região, na América Latina, que pode garantir as condições para que o Brasil se alce, se projete no cenário internacional com essa força. Sem a nossa união aqui na América Latina, a nossa parceria, a nossa estabilidade regional, nada disso vai ser possível. Por fim, quero fazer uma saudação final à importância desse evento. Eu acho que só a primeira mesa, a mesa de abertura, já nos mostrou a importância desse evento.

E nesse sentido, eu defendi que teremos que ser capaz de olhar para nós mesmos, nos reconhecer, reconhecer o nosso potencial, então quero citar aqui uma frase também da mesma poesia que o professor Aluisio citou, do poeta cubano, que não por acaso é cubano, porque Cuba foi esse país que, de uma ilha a poucas milhas dos Estados Unidos, realizou uma revolução, levantou o seu povo, o colocou de pé, e esse exemplo é o que a gente quer que o Brasil siga - os Estados Unidos também! Vai chegar a hora deles lá também! Essa música fala “a história não é uma carroça abandonada na beira da estrada” para nós ficarmos olhando para ela encostada. Não, “a história é um carro alegre, cheia de um povo contente que atropela indiferente todo aquele que a negue”.

E o Jornal Inverta me ensinou algumas coisas nesse sentido, no sentido de que o Brasil teve, por exemplo, o maior quilombo da história da humanidade: o Quilombo dos Palmares; a maior marcha indígena, em termos numéricos, da história da humanidade: A Confederação dos Tamoios; teve a maior marcha militar da história da humanidade que foi a Coluna Prestes. Mas a reflexão que quero deixar aqui e agregar é: se o Brasil conseguiu manter, junto com os outros países da Bacia Amazônica, a maior floresta tropical do mundo foi com luta, foi com esforço, e isso não é qualquer coisa, não é que a floresta está lá de pé porque ela está lá de pé. Os nossos povos defenderam essa floresta, os nossos povos, inclusive, empreenderam as tecnologias que fizeram com que essa floresta fosse possível.

Então, esse é o exemplo, esse é o sentido da minha fala hoje, e reafirmar o que o Inverta tem nos dito. Cada vez mais é preciso ter consciência que a iniciativa histórica nos pertence. Obrigada!

Ms Julia Pereira Bevilaqua (ETEGS/CEPPES)

Agradeço a oportunidade de apresentar esta tese aqui. Chego a ficar emocionada, pois não é em qualquer lugar que encontramos um evento acadêmico com tanta gente interessada em ouvir ciência, com tanta gente do povo dentro da universidade, com ideias tão importantes ainda que raras de se encontrar aqui no nosso país. Nossa tese é justamente de que a América Latina vive hoje um momento histórico, com as condições em suas mãos de romper com a sua submissão, considerando este duplo status que sempre cumpriu, como explicou o Dr Bevilaqua, de ser base de sustentação do antigo que não quer morrer e, ao mesmo tempo, a anunciação do novo que luta constantemente para nascer. Estamos, novamente, encarando este momento histórico em que temos a oportunidade de romper e, de fato, fazer uma contribuição histórica, não só de independência dos nossos povos - a verdadeira independência, como dizia o comandante Chávez -, mas uma contribuição que salve a humanidade desse futuro alucinante, degradante que o capitalismo anuncia com a crise ambiental.

É importante porque, se perguntarmos às pessoas hoje veremos que mais pessoas acreditam na possibilidade do mundo acabar do que na possibilidade de fazermos uma revolução e superarmos esse momento. Começando com esta ideia, pensemos: qual a importância estratégica da América Latina hoje, da América Latina e do Brasil? A América Latina, como nós a conhecemos hoje, é o resultado de um processo histórico muito longo e complexo que se iniciou com a expansão do Império Ibérico para o resto do mundo. Aqueles cavaleiros com a espada e a cruz que chegaram aqui para “salvar as almas” dos povos que encontravam no caminho, na verdade, tentavam salvar a alma de um pobre moribundo: o feudalismo na Europa. A coroa já estava em plena decadência, o capitalismo já avançava sobre a humanidade como processo civilizatório que se anunciava, e os espanhóis e portugueses, aguerridos à sua coroa, estavam desesperados. No seu desespero por sobreviver, foram se expandindo para as colônias e aqui encontraram povos que em diversos aspectos eram muito superiores àqueles que vieram da Europa.

Concordamos com Samir Amin quando ele fala que a civilização europeia que nós conhecemos hoje é, de fato, resultado da periferia dos grandes impérios da antiguidade, os impérios asiático, o grande império negro, e o [império] vermelho. Por exemplo, a cidade do México: Tenochtitlán, a cidade-ilha com sua grandíssima pirâmide que é hoje a cidade do México, naquela época, era seis vezes maior do que qualquer cidade europeia.

Era uma cidade-ilha composta por um sistema de pontes móveis, toda interligada por rios etc., que, para os europeus, era uma coisa inimaginável. Ou aqui [na América do Sul], o Machu Picchu, ou Cusco também. Como levavam água a mais de quatro mil metros de altura sem a tecnologia que temos hoje? Eles faziam isso! E não só tecnologicamente, aquelas montanhas gigantescas eram decoradas com centenas de espécies de orquídeas. Eram sociedades superiores do que as europeias neste sentido.

Da mesma maneira, todos os povos que compõem o povo latino-americano. Não só os nossos povos originários, mas aqueles que foram sequestrados da África, trazidos de diversas etnias que estavam também sob um grande império muito mais desenvolvido;

assim como aqueles europeus que foram expulsos devido às perseguições, à imposição da coroa e das religiões, etc., e também pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, que a extrema pobreza empurrou para cá, para as Américas; e as diversas ondas migratórias que vieram depois, os asiáticos, os europeus de outras regiões, inclusive os indianos.

Isso forjou em nós latino-americanos essa ampla diversidade! Esses povos foram amalgamados sob violência, genocídio, a tentativa de extermínio de todos que estavam aqui; e não por vontade própria. Nós fomos, sim, nos configurando como o povo que hoje é a América Latina, cuja extensão vai desde o Rio Grande, lá na fronteira do México com os Estados Unidos, até a Antártica chilena, aqui embaixo; é uma extensão de terra em que temos mais coisas que nos unem do que [coisas que] nos separam. Se pararmos para pensar, é quase uma uniformidade de idiomas, porque entre o espanhol e o português todo mundo se entende noportunhol, nós nos entendemos. Diferente da Europa, se andarmos algumas centenas de quilômetros na Europa, por exemplo dentro da própria Espanha, os bascos não se falam com os castelhanos, que não se entendem linguisticamente com os franceses ao lado; os holandeses então! OS latino-americanos desfrutaram dessa unidade linguística e cultural.

Darcy Ribeiro falava que fomos um povo nutrido de todas as matrizes étnicas da humanidade, com essas ondas migratórias, constituindo um dos povos mais floridos do mundo. Onde nós vamos, somos identificados como latino-americanos e temos muito mais coisas que nos unem culturalmente do que nos separam.

Com o desenvolvimento do capitalismo, aquele fantasma que rondava a Europa naquelas épocas, fazendo com que a Península Ibérica tivesse que sair e buscar ajuda, ele encarnou em Napoleão. Com seu cavalo branco, chegou na Península Ibérica e decapitou, tirou os espanhóis do lugar e os portugueses vieram com o rabo entre as pernas para cá fundar seu grande império tropical; vieram fugidos.

Esse processo fomentou o processo de independência nas colônias aqui no continente e despertou nos povos de novo o anseio de liberdade. Já havia muitas lutas desde o início da colonização - todos os processos de luta contra a escravidão, inclusive já com ideias do liberalismo naquele momento histórico, a liberdade de comércio, etc. - que constituíram a independência. Porém, naquele momento, não foram dadas as condições da América Latina como tal afirmar, de fato, as ideias do capitalismo. A estrutura do capitalismo, o desenvolvimento industrial devido ao monopólio comercial do império sobre o comércio daqui, era pífio; a metrópole impedia o desenvolvimento industrial. E a situação de extrema miséria dos povos, do povo trabalhador que até pouco tempo antes ainda era escravo, pois a abolição ainda era muito recente e, em muitos lugares, apenas formal, não era uma verdade. Portanto, não foi possível que o capitalismo se afirmasse aqui.

Não obstante esta transformação, a América Latina continuou mantendo este que estamos chamando de seu duplo status. Naquela época, como colônia, ela era a base de estrutura e sustentação da coroa e do feudalismo ibérico, e, ao mesmo tempo, fomentava o desenvolvimento do capitalismo europeu, porque o dinheiro que saía daqui ia direto para os bancos da Inglaterra; através dos metais que saíam daqui, dos recursos etc. Ela manteve esse duplo status: evidentemente, tornou-se uma base de sustentação dos

Estados Unidos. Desde a doutrina Monroe, da “América para os americanos”, e, ao mesmo tempo, já desde finais do século XIX também aqueles trabalhadores que chegavam aqui nutriram as nossas lutas com a ideia do novo: a luta pelo socialismo na América Latina. A Revolução Mexicana de 1910 foi a primeira a falar em socialização das terras, talvez não do socialismo propriamente dito; a primeira greve geral no Brasil foi em 1917. Mas, desde antes disso, essas ideias de uma liberdade verdadeira já começaram a pegar forte no nosso povo, o que ficou muito evidente na nossa história no início do século. Se considerarmos no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com a grande manifestação da crise do capitalismo em 1929, todos os movimentos, os levantamentos militares e civis que ocorreram no continente; aqui no Brasil, a própria Coluna Prestes, os nossos históricos 5 de Julho, em 1922, 1924 e depois 1935 são excelentes exemplos, pois esta era a época da consolidação dos estados nacionais capitalistas modernos.

De outra maneira, também se manifestou durante a chamada Guerra Fria de maneira mais evidente e com mais força, na década de 1940 e 1950, se respirava um sentimento de revolução, de transformação incrível no Brasil, era uma coisa palpável com o fim da guerra, quando um terço da humanidade era socialista. Evidente que o imperialismo estadunidense não podia permitir isso, principalmente no período da Guerra Fria. Então, nas décadas de 1940 e 1950, e de maneira mais patente em 1960 e 1970, aquela onda de golpes militares veio enterrar e abafar os processos de levantamento e luta que miravam o socialismo. A única exceção é a ilha de Cuba, a Revolução Socialista em Cuba, graças à luta e ao sacrifício que nos mostrou que é possível: o único país verdadeiramente independente no continente.

Mesmo assim, eles não conseguiram tirar completamente dos nossos povos o sonho de liberdade. Com essa manifestação da grande crise de 1929, vemos duas propostas que surgiram: por um lado, o neoliberalismo; por outro, o keynesianismo. Porém, argumentar maior liberalismo depois da crise de 1929, que foi resultado justamente do liberalismo, não foi possível e portanto o keynesianismo avançou. A crise de 1929 foi a primeira manifestação da Crise Orgânica do Capital, que explica o movimento da conjuntura atual, explica o desenvolvimento da geopolítica mundial e nos ajuda a entender essas contradições. Há alguns elementos da Crise Orgânica do Capital que cabem destacar, pois definem esta nova geopolítica e o mundo que observamos hoje.

Ela é uma crise diferente das outras, com tanta tecnologia e sem muitos trabalhadores na linha de produção direta. Neste sentido, as economias emergentes, os países emergentes, têm um papel importante a desempenhar e cabe ressaltar a genialidade dos membros fundadores dos BRICS em compreender isso.

Por outro lado, esses monopólios, essas grandes empresas que estão sobre todo o mundo, estão restritas por leis - as leis trabalhistas, os acordos internacionais, os direitos humanos - que as impedem de ter mais lucro. Devido a sua magnitude e à natureza de suas operações, os estados nacionais ficaram pequenos demais para os monopólios capitalistas. Já não se refere a uma empresa espanhola ou alemã, etc. não estão restritas nem submetidas a nenhum país. Assistimos, portanto, um período que chamamos de ‘anarquia dos monopólios’ que foi inaugurado e é desenvolvimento da

própria Crise Orgânica do Capital. Ao mesmo tempo, por não conseguir produzir e se apropriar do lucro necessário na produção formal, cada vez mais o lucro da burguesia mundial depende do trabalho na informalidade. Os relatórios da OIT, as campanhas pelo trabalho digno, hoje, são resposta ao fato de que quase 40% da força de trabalho produtiva no mundo está empregada no mercado informal: o empreendedorismo que conhecemos; a ‘uberização’ de que as pessoas falam; o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, de órgãos, tráfico de influências. Essa é a informalidade da qual o capitalismo hoje depende para sobreviver, para acumular e manter suas taxas de lucro, que não há como produzir com a tecnologia desenvolvida.

Outra questão que surge: não há para onde expandir as fronteiras do capital hoje, se o mundo todo está sob o domínio do capitalismo e as relações de produção já estão todas dominadas por esse sistema. Foram para o espaço sideral, não só com a guerra nas estrelas, mas hoje há uma disputa de turismo suntuoso. O privilégio de poder caminhar no espaço não é restrito aos melhores cientistas ou militares de carreira, cujo trabalho pode beneficiar a humanidade; mas ao lazer dos ricos. Outra fronteira de expansão do capitalismo é o mundo submarino: oceanos, terras imersas, há continentes submarinos praticamente inexplorados como o espaço sideral; dos quais conhecemos menos do que do espaço. Porém, essas duas empreitadas exigem muito capital fixo, são bilhões de dólares investidos. Há uma terceira opção para os que não conseguem dispor deste volume de capital, um território relativamente inexplorado, que é a biotecnologia.

Nas nossas florestas, temos um tesouro enterrado que o capitalismo tem como se apropriar de maneira um pouco mais fácil do que ir para o espaço ou mergulhar na profundidade dos oceanos. Aquela velha ideia do *El Dorado* que movia os colonizadores, hoje atíça a cobiça dos capitalistas, ou ‘novos colonizadores’. Desde que o povo latino-americano deu um repúdio contundente ao neoliberalismo e começaram a se despertar movimentos populares no final da década de 1990, desde que vemos governos progressistas e povos avançando para o socialismo, assistimos atônitos uma nova onda de golpes recaindo sobre nosso continente, inclusive nós aqui no Brasil sofremos o golpe contra a presidenta Dilma, cujo governo desenvolvia um submarino nuclear; a CELAC, que é a organização de todos os países do continente, sem os Estados Unidos; uma força militar conjunta para a UNASUL. A unidade latino-americana não pôde avançar, ainda é “América para os norte-americanos”.

Esta burguesia decadente e desesperada olha principalmente para a floresta amazônica, para a biodiversidade e as riquezas dos países latino-americanos com novos olhos. E, além disso, não somos apenas uma base de sustentação da burguesia americana, mas somos livres de armas nucleares. A China é o quarto país mais biodiverso do mundo e tem arma nuclear. A Índia é um país megadiverso, uma economia emergente, mas tem arma nuclear. Ambas são potências asiáticas e defendem seus interesses. Para onde pode ir o imperialismo? No custo-benefício, a burguesia vê isso com muito interesse. O tesouro de nossas florestas está enterrado na Amazônia e até na Mata Atlântica, mas, principalmente, nos descendentes daqueles povos que, desde antes da invasão europeia, foram se amalgamando, que sobreviveram e resistiram de maneira até clandestina, passando a sabedoria e o conhecimento por várias gerações que a burguesia nunca

reconheceu como ciência. Aqui na América Latina temos cinco dos dez países mais biodiversos do mundo. O Brasil é o país mais biodiverso do mundo, é membro fundador dos BRICS, é uma economia emergente e a maior economia do continente. Naquele processo de independência anterior que vimos, o Brasil não teve a divisão territorial que ocorreu na América Hispânica; nosso território se manteve um único, íntegro país com um único idioma. E isso também faz muita diferença.

Assim que se coloca o papel estratégico da América Latina, e, dentro desta, o Brasil tem um papel importante a cumprir e a responsabilidade histórica de cumpri-lo: o Brasil como protagonista da ruptura política, com o potencial de apresentar à humanidade um projeto de desenvolvimento. A China tem um grande projeto: a Faixa e Rota da Seda leva a outros países da periferia do capitalismo uma proposta de civilização, parecido ao que fez o capitalismo no início; ela ajuda o desenvolvimento dos povos, mas não se constitui em referência para todos. Se a Rússia apresentar uma proposta à humanidade, alguém ouvirá? Agora, se o Brasil, que não tem armas nucleares, apresentar uma proposta é diferente, temos um papel importante a desempenhar. A mediação no conflito entre Argentina e Venezuela, a denúncia de genocídio em Gaza, a proposta de paz para Ucrânia, a moeda dos BRICS em alternativa ao dólar são todos exemplos deste potencial; mas não somos livres de contradições.

O povo brasileiro, o Estado brasileiro precisa fazer essa escolha: em nosso duplo status, manter-se como base de sustentação para o imperialismo americano, ou avançar rumo a uma proposta para um mundo multipolar, uma nova ordem multipolar, uma hegemonia multilateral. A China não vai se submeter à Rússia, nem a Rússia à China; nem nenhum dos dois se submeter à Índia, portanto a proposta do BRICS só pode ser para o desenvolvimento de todos, de respeito mútuo aos países e seus povos.

Esta é a oportunidade que já tivemos em outros momentos históricos, como na independência no entre guerras ou na Guerra Fria. Agora, com a crise ambiental, que é um desdobramento da Crise Orgânica do Capital, temos a oportunidade de transformar a biotecnologia em uma arma geopolítica, como os países produtores de petróleo fizeram na década de 1970 com a constituição da Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP). Na atualidade, temos condições de encampar essa proposta alternativa.

Nós somos os guardiões dos tesouros da floresta, temos que ter consciência disto, que repetem à exaustão o capitalismo verde e a pós-modernidade. Devemos encampar como continente esta responsabilidade histórica, pois ser guardião da floresta implica, inclusive, numa estratégia de defesa da floresta, e não defender com arco e flecha. A unidade latino-americana precisa resgatar de volta nossos sonhos da proposta de Bolívar, da proposta de Martí, de Artigas, de San Martín, dos próceres da nossa independência. Resgatar também todas nossas histórias antes da independência: de Zumbi dos Palmares e a Confederação dos Tamoios, no Brasil; a Cacica Gaitana, da Colômbia; o Negro Primero, na Venezuela; etc. Toda nossa história de luta foi um processo de unidade e resistência. Resgatar esta unidade e não uma unidade na submissão, na violência e na miséria, como foi na época da colônia; mas uma unidade consciente, uma unidade que pensa. Já temos as estruturas da Celac, da Unasul, da Alba; como foi apresentado aqui,

é necessário apropriar-se do que é nosso. Vamos nos apropriar do que é nosso; e não para vender barato, como foi antes; e nem para vender caro e competir no capitalismo mundial, mas para contribuir com o desenvolvimento da humanidade. Do mesmo jeito que, na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética representou para os povos, não só uma alternativa ao capitalismo, mas uma alternativa de sobrevivência para a humanidade; porque ela aniquilou o terror do nazismo e do fascismo.

Temos o dever e obrigação de falar para as pessoas que é possível a humanidade sobreviver, que é possível uma alternativa a esse capitalismo decadente; e é esta a tese do Dr. Aluisio Bevilaqua que apresentamos aqui.

Vemos muito financiamento para trabalhos acadêmicos na Amazônia que visam resgatar os chamados ‘saberes tradicionais’, ou centenas de milhares de missionários religiosos na Amazônia que estão lá “salvando almas indígenas” do mesmo jeito que os colonizadores há 500 anos atrás: estão tentando salvar a alma do moribundo capitalismo!

Temos que preservar a Amazônia, mas ela não pode ficar intocada; temos que desenterrar, não propomos deixar este tesouro lá enterrado, pois precisamos de uma proposta de desenvolvimento para os povos do mundo. Vamos desenterrar nossos tesouros de uma maneira respeitável, desenterrar a cultura dos nossos mortos e nossos sítios arqueológicos; temos que tocar nossas raízes, nos nutrir e fortalecer com elas, não apenas para resgatar o passado, mas para salvar o futuro.